

VIOLÊNCIA POLÍTICA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E HOSPITALIDADE: DA ERA DO RÁDIO AOS ALGORITMOS EM *COMPLÔ CONTRA A AMÉRICA E QUALITYLAND*

Pablo de Oliveira Pereira¹
Humberto Fois-Braga²

DOI: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2025.v18.48944>

RESUMO: Este artigo investiga a relação entre violência política, meios de comunicação e hospitalidade na literatura distópica, analisando *Complô contra a América*, de Philip Roth (2005), e *QualityLand*, de Marc-Uwe Kling (2020). Partindo das reflexões de Pedro Doria (2024) sobre a banalização da violência política, o estudo explora como os meios de comunicação estruturam conflitos ideológicos e contribuem para a formação de inimigos internos. Utilizando o conceito de hospitalidade de Derrida (1999), discute-se a transformação do acolhimento em hostilidade no romance de Roth (2005), em que o rádio funciona como ferramenta de disseminação do antisemitismo. Em *QualityLand*, a mediação da realidade pelos algoritmos ilustra como a tecnologia redefine o controle social e político na contemporaneidade. A partir de autores como McLuhan (1969), Zuboff (2021) e Bauman (1999), o artigo argumenta que a violência política não é apenas reflexo do discurso dos líderes, mas um fenômeno amplificado pelos meios que estruturam a comunicação. Por fim, questiona-se o papel dos algoritmos na intensificação da polarização e na erosão da autonomia democrática.

Palavras-chave: Algoritmos; hospitalidade; literatura distópica; meios de comunicação; ucronia; violência política.

POLITICAL VIOLENCE, MEDIA, AND HOSPITALITY: FROM THE RADIO AGE TO ALGORITHMS IN *THE PLOT AGAINST AMERICA* AND *QUALITYLAND*

ABSTRACT: This article investigates the relationship between political violence, media, and hospitality in dystopian literature, analyzing *The Plot Against America* by Philip Roth (2005) and *QualityLand* by Marc-Uwe Kling (2020). Drawing on Pedro Doria's (2024) reflections on the banalization of political violence, the study explores how the media structures ideological conflicts and contributes to the construction of internal enemies. Using Derrida's (1999) concept of hospitality, it examines the transformation of hospitality into hostility in Roth's novel, where the radio operates as a tool for spreading antisemitism. In *QualityLand*, the mediation of reality by algorithms illustrates how technology redefines social and political control in contemporary society. Based on authors such as McLuhan (1969), Zuboff (2021), and Bauman (1999), the article argues that political violence is not

¹ Licenciado em Letras (2011) e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública (2017), ambos pela UFJF. Doutorando em Letras: Estudos Literários pela mesma instituição, com bolsa CAPES.

² Professor-pesquisador do PPG-Letras: Estudos Literários e do Departamento de Turismo da UFJF. Doutor em Letras: Estudos Literários (UFJF), possui formações em Turismo, Comunicação e Estudos Literários.

merely a reflection of leaders' discourse, but a phenomenon amplified by the media that structure communication. Finally, it questions the role of algorithms in intensifying polarization and eroding democratic autonomy.

Keywords: Algorithms; dystopian literature; hospitality; media; political violence; uchronia.

Introdução

Pedro Doria (2024), em um de seus vídeos no YouTube, reflete sobre a escalada da violência política, um fenômeno que, embora não seja novo, tem se tornado cada vez mais frequente no cenário contemporâneo. Ele inicia sua análise abordando dois episódios distintos, mas emblemáticos: o atentado contra Donald Trump e o episódio de agressão ocorrido no debate eleitoral para a prefeitura de São Paulo, em que um candidato utilizou uma cadeira como arma contra seu oponente. Esses eventos, segundo Doria (2024), não são apenas incidentes isolados, mas sinais de um processo mais profundo de banalização da violência no discurso e na prática política.

Doria (2024) remonta ao ano de 1968, quando os Estados Unidos enfrentaram um momento de extrema tensão, com o assassinato de Martin Luther King e, poucos meses depois, o de Robert Kennedy. No Brasil, o mesmo ano foi marcado pelo endurecimento da Ditadura Militar, culminando no Ato Institucional n. 5 (AI-5) e na intensificação da repressão política. Esses episódios históricos demonstram que momentos de convulsão social frequentemente resultam em uma escalada da violência, seja perpetrada pelo Estado ou por grupos opositores. No entanto, ele ressalta que, embora a violência política sempre tenha existido, há algo distinto no contexto atual: sua recorrência e aceitação social.

O jornalista ainda menciona o atentado contra Jair Bolsonaro em 2018 e os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília como marcos recentes desse novo cenário de conflagração política. Nos Estados Unidos, a tentativa de assassinato contra Trump gerou respostas variadas. Enquanto na primeira tentativa houve uma suspensão momentânea das atividades políticas e um debate sobre o significado do evento, na segunda tentativa, tanto democratas quanto republicanos seguiram com suas agendas quase inalteradas. Esse comportamento evidencia que a violência política não apenas se tornou comum, mas que sua presença não provoca mais o mesmo impacto.

A normalização da violência, segundo Doria (2024), não é um processo consciente. Não há uma decisão coletiva de aceitá-la como parte da política. O que ocorre é um reconhecimento tácito de que aquilo que antes era exceção se tornou regra. E esse é o verdadeiro problema. Mais do que discutir a normalização da violência, o questionamento central deve ser: por que essa violência se tornou tão recorrente?

A resposta, segundo o comunicador, não está apenas nos líderes políticos, mas na própria sociedade. Bolsonaro não mudou seu discurso ao longo das décadas, tampouco Trump reinventou sua retórica populista e provocativa. O que mudou foi a disposição do eleitorado para aceitar tais discursos e, mais do que isso, para se engajar emocionalmente neles. Essa

mudança está diretamente relacionada ao papel das redes sociais e aos algoritmos, que determinam quais conteúdos terão mais alcance. O engajamento digital não é construído sobre reflexão e diálogo, mas sobre choque e indignação. Quanto mais intenso o conteúdo, maior sua disseminação. Assim, políticos que adotam discursos polarizantes e violentos encontram um terreno fértil para a mobilização de suas bases.

Doria (2024) resgata Marshall McLuhan (1969) para explicar esse fenômeno. O teórico canadense já alertava que “o meio é a mensagem” (McLuhan, 1969, p. 21), ou seja, a forma pela qual nos comunicamos determina não apenas o que dizemos, mas como pensamos e reagimos. No ambiente das redes sociais, no qual o algoritmo privilegia conteúdos emocionalmente intensos, a violência se torna inevitável. A política, mediada por essas plataformas, perde seu caráter dialógico e se transforma em um campo de batalha simbólico e, eventualmente, físico.

O impacto dessa dinâmica não se limita à esfera digital. A violência transborda das redes para o mundo real, rompendo laços entre amigos, familiares e, por fim, se manifestando em agressões e atentados. Políticos compreendem essa lógica e a exploram. Provocações, confrontos e insultos se tornam estratégias deliberadas para mobilizar eleitores. Pablo Marçal é um exemplo, pois, ao desafiar seus adversários constantemente, não está apenas participando de um jogo retórico, mas inserindo-se nesse circuito de engajamento e viralização.

Portanto, o problema não é apenas a existência de políticos radicais, mas a maneira como a comunicação política foi reconfigurada para privilegiar a hostilidade. Enquanto as redes sociais, mediadas pelos seus algoritmos, forem o principal meio de debate público, a violência será uma consequência inevitável. A questão que se impõe, então, não é como conter essa escalada, mas como modificar o próprio meio em que o diálogo político acontece. Para Doria (2024), essa é uma discussão que precisa ser enfrentada repetidamente até que seja possível romper esse ciclo de ódio e violência política.

Nesse sentido, a reflexão proposta pelo jornalista se alinha a obras literárias que exploram cenários de ascensão de regimes autoritários e de manipulação da opinião pública. Em *Complô contra a América*, Philip Roth (2005) constrói uma realidade alternativa em que o fascismo se infiltra nos Estados Unidos não por meio de um golpe abrupto, mas por meio da aceitação gradual de discursos extremistas. Já em *Qualityland*, de Marc-Uwe Kling (2020), observa-se uma sociedade totalmente mediada por algoritmos, em que a tomada de decisões políticas e individuais é condicionada por sistemas automatizados. Ambas as narrativas dialogam diretamente com a análise de Doria (2024), evidenciando como a combinação entre populismo e tecnologia pode moldar a percepção social e tornar o inaceitável algo corriqueiro. Além disso, essas obras permitem uma leitura fundamentada em referenciais teóricos como o clássico estudo de McLuhan (1969), *O meio é a mensagem*, e *Nexus*, a recente obra de Harari (2024). Assim, este artigo propõe uma análise dessas narrativas, desdobrando a temática apresentada no vídeo de Doria (2024), que serviu como ponto de partida para esta reflexão.

A política contemporânea, assim como as ficções distópicas apontam para um futuro em que o conflito não apenas é incentivado, mas se torna o próprio motor do engajamento público. A reflexão que se impõe não é se estamos normalizando a violência, mas porque a

aceitamos como parte inevitável do cenário político. Afinal, como mostram Roth (2005) e Kling (2020), a erosão da democracia raramente acontece por meio de eventos abruptos. Pelo contrário, ela se dá no momento em que a sociedade para de se espantar.

1. Ucronia, meios de comunicação e violência política: o conflito midiático em *Complô contra a América*.

Umberto Eco (1989), define como ucrónia uma forma de utopia em que o contrafactual assume a seguinte forma: “que teria acontecido se o que realmente aconteceu tivesse acontecido de modo diferente — por exemplo, se Júlio César não tivesse sido assassinado nos idos de março?” (Eco, 1989, p. 168). Dessa forma, os estudos sobre ucrónia se concentram em alterações de eventos históricos reais e suas possíveis consequências. Assim, uma narrativa ucrônica parte de um ponto de divergência na história conhecida para justificar um mundo ficcional alternativo ao real, dentro da teoria dos mundos possíveis ficcionais, objeto de estudo de teóricos como o próprio Eco (1989) e Doležel (1999), que em *Heterocosmica* propõe que a ficção deve ser entendida como criação autônoma, dotada de lógicas e estruturas próprias, muitas vezes distintas do mundo real.

Diante dessa definição, a obra *Complô contra a América*, de Philip Roth (2005), pode ser compreendida como uma ucrónia à luz das reflexões de Eco (1989) sobre mundos possíveis ficcionais. Esse enquadramento se justifica pelo fato de que a narrativa constrói uma realidade histórica alternativa cuja gênese se dá a partir da modificação de um evento crucial do passado real, explorando, de maneira detalhada, as consequências dessa alteração.

O ponto de inflexão na narrativa de Roth (2005) é a eleição de Charles Lindbergh como presidente dos Estados Unidos em 1940, um acontecimento que jamais se concretizou na história real, mas que, na ficção do autor, desencadeia uma sequência de transformações que distanciam essa linha temporal daquela que aconteceu no mundo real. A partir desse marco, o romance estrutura um exercício imaginativo, no qual se desenham os impactos políticos, sociais e culturais decorrentes dessa mudança histórica.

Ao deixar claro o conceito de ucrónia e de que modo se justifica que *Complô contra a América* pode ser encaixada nessa estratégia narrativa específica para a construção de um mundo ficcional, é possível analisar as repercuções da eleição de Lindbergh para os Estados Unidos da década de 1940. Sob a presidência de Charles Lindbergh, os Estados Unidos passam por uma escalada de antisemitismo, refletida tanto no discurso oficial quanto em políticas que fragilizam a comunidade judaica, como o deslocamento forçado de famílias e a reconfiguração de bairros judaicos. Paralelamente, o governo adota uma postura de aproximação com as potências do Eixo, sinalizando uma possível cumplicidade com sua expansão territorial. Diante desse cenário, a sociedade americana oscila entre o medo e a resistência, com figuras públicas como Roosevelt e Walter Winchell emergindo como vozes de oposição.

A personagem de Winchell é apresentada, no enredo da obra de Roth (2005), como uma figura controversa e influente, conhecida por seu estilo jornalístico agressivo e sensacionalista.

Ele era um colunista com uma coluna publicada em centenas de jornais e apresentava um programa de rádio popular nas noites de domingo, caracterizado por sua fala rápida e ceticismo.

Winchell era admirado por muitos por não estar no poder, mas conhecer os bastidores, sendo amigo do diretor do FBI, J. Edgar Hoover, e tendo acesso ao círculo íntimo de Roosevelt. Ele era visto como alguém que “[...] brigava na rua, sabia das coisas, não tinha medo de nada, conhecia todo mundo, inspirava medo aos inimigos e estava do nosso lado” (Roth, 2005, p. 24).

Podemos compreender melhor a personagem Winchell em *Complô contra a América* ao analisar como os meios de comunicação atuam como forças transformadoras e como arenas de conflito, conforme sugerido por McLuhan (1969). Nesse sentido, Walter Winchell se tornou uma figura poderosa através dos meios do rádio e da imprensa escrita. Sua coluna era publicada em centenas de jornais, e seu programa de rádio era o noticiário mais popular dos Estados Unidos. Segundo McLuhan (1969), o próprio meio (rádio e jornal) tinha um efeito significativo, moldando a percepção e a organização social, independentemente do conteúdo específico de suas mensagens.

Dessa forma, a “gramática” desses meios, como o estilo sensacionalista e agressivo de Winchell, sua capacidade de atingir milhões de pessoas simultaneamente, conferiu-lhe um poder considerável. McLuhan (1969) argumenta que dominar essa gramática permite “decifrar a mensagem das mudanças iminentes” (McLuhan, 1969, p. 15) na sociedade. Nesse sentido, Winchell claramente dominou a gramática do rádio e da coluna de fofocas para influenciar a opinião pública.

Como consequência do conflito de meios e mensagens, Winchell sofre violência política no enredo da obra, uma vez que a ascensão de Lindbergh à presidência também se deu através de uma forte presença midiática, explorando sua imagem de herói e utilizando o rádio para comunicação direta. Isso estabeleceu um conflito entre as mensagens e os meios representados por Lindbergh e Winchell. Lindbergh representava uma visão isolacionista e, para muitos, simpática ao fascismo, enquanto Winchell se tornou seu principal opositor midiático, alertando contra o fascismo e o antisemitismo.

McLuhan afirma que todo meio de comunicação é também uma “arma poderosa para abater outros meios e veículos e outros grupos”, resultando em “numerosas guerras civis” (McLuhan, 1969, p. 20). Dessa forma, a batalha entre Winchell e Lindbergh pode ser vista como uma dessas guerras, travada no espaço da opinião pública através dos meios de comunicação.

A violência física sofrida por Winchell durante sua campanha política para chegar à presidência, começando pelo atentado em Boston até seu assassinato em Louisville, Kentucky, durante um comício político ao ar livre, pode ser interpretada como uma escalada desse conflito midiático para o plano real. Seus inimigos, alinhados ou influenciados pela atmosfera política criada pela ascensão de Lindbergh, buscaram silenciar sua voz, utilizando a violência como uma forma extrema de abater seu meio de comunicação.

O assassinato de Walter Winchell pode ser interpretado à luz de McLuhan (1969), pois, através da compreensão de que os meios de comunicação são forças capazes de influenciar e reorganizar uma sociedade, eles podem também se tornar arenas de intenso conflito ideológico. Algo similar ao que Doria (2024) afirma em seu vídeo no YouTube sobre os atentados a Donald

Trump, na campanha presidencial de 2024, e a cadeirada do candidato Datena em seu oponente Pablo Marçal, na campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo no mesmo ano. A distinção fundamental não está na violência em si, pois essa sempre fez parte da dinâmica política, mas sim no meio através do qual ela se propaga. Se, no contexto da obra ficcional de Roth (2005), o meio causador da violência política era o rádio, no mundo real do século XXI são as redes sociais, mediadas pelos algoritmos preditivos³, que fazem a violência escorrer da esfera digital para a real.

Portanto, a análise de *Complô contra a América* sob a ótica dos meios de comunicação permite compreender como a construção de mundos ficcionais alternativos reflete inquietações históricas e políticas e também dialoga com fenômenos contemporâneos. A trajetória de Walter Winchell na obra exemplifica o embate entre diferentes forças midiáticas e evidencia como o controle da informação pode se tornar um campo de disputa ideológica e de violência. A transposição desse conflito para o cenário real do século XXI, marcado pela ascensão das redes sociais, um movimento político de extrema direita e pelo uso estratégico dos algoritmos na disseminação da violência política, reafirma a pertinência das reflexões de McLuhan (1969). Assim, a ucronia de Roth (2005) não se limita a um exercício contrafactual, mas revela dinâmicas recorrentes na história política e midiática, destacando o papel fundamental dos meios de comunicação na conformação da realidade e na intensificação de embates ideológicos.

2. Dos meios de comunicação aos algoritmos: controle, polarização e violência política na era digital.

No capítulo anterior, exploramos como os meios de comunicação atuam como forças estruturantes da sociedade e como arenas de conflito ideológico, seguindo as reflexões de McLuhan (1969). Vimos que, no contexto de *Complô contra a América*, o rádio foi um veículo central na disputa política e na escalada da violência. No presente capítulo, ampliamos essa discussão para o cenário contemporâneo, analisando o papel dos algoritmos na mediação da informação e na construção das percepções sociais. Se antes a influência midiática era exercida por vozes individuais, como a do personagem Walter Winchell no romance de Roth (2005), hoje os algoritmos operam como agentes invisíveis, selecionando, priorizando e amplificando discursos de maneira automática e massiva.

O objetivo neste capítulo é compreender como essas tecnologias moldam o debate público, influenciam comportamentos políticos e ampliam dinâmicas de polarização e conflito na era digital. Para aprofundar essa reflexão, analisaremos *Qualityland*, de Marc-Uwe Kling (2020), uma obra que projeta um futuro no qual os algoritmos controlam todos os aspectos da

³ De acordo com a autora Shoshana Zuboff (2021), no contexto da sua obra *A Era do Capitalismo de Vigilância*, um algoritmo preditivo é um sistema computacional altamente especializado, frequentemente referido genericamente como inteligência de máquina. Esses algoritmos funcionam como o novo meio de produção, processando dados da experiência humana capturados além do necessário para a melhoria de serviços a fim de gerar produtos de predição.

vida, determinando desde relações interpessoais até decisões políticas, evidenciando os riscos dessa lógica digital.

O enredo de *QualityLand* trata de um país fundado após uma grande crise econômica e renomeado para refletir uma nova ênfase na qualidade em tudo. Nessa sociedade estratificada, o valor das pessoas é determinado por um sistema de níveis, em que aqueles com níveis mais baixos são marginalizados e considerados inúteis.

A sociedade imaginada por Kling (2020) é obcecada por tecnologia e dados. Um dispositivo chamado *QualityPad*, por exemplo, coleta informações detalhadas sobre os cidadãos, influenciando, por exemplo, a publicidade personalizada, coisa muito comum atualmente. Além disso, a inteligência artificial desempenha um papel importante na vida cotidiana, com assistentes digitais como “Ninguém” e até mesmo um candidato a presidente chamado *John of Us*, uma IA. Finalmente, é importante mencionar que a moeda utilizada é o *QualityMoney*, um meio de pagamento digital que permite rastrear todas as transações.

A política em *QualityLand* é dominada por dois principais partidos, a Aliança *Quality* e o Partido Progressista, que parecem compartilhar os mesmos objetivos superficiais de melhoria contínua. Há também um conflito em curso com um país vizinho chamado *QuantityLand*, que é frequentemente usado para fins de propaganda e para impulsionar a indústria de armamentos de *QualityLand*.

Nesse contexto, o protagonista Peter Desempregado parece insatisfeito com o sistema. Ele se envolve em uma disputa com a *The Shop*, a loja mais admirada do mundo, possivelmente por causa de uma devolução de um produto. A história sugere que Peter pode se envolver em algum tipo de resistência contra a hipercomercialização e a vigilância constante de *QualityLand*, com a ajuda de outros personagens como Kiki e um velho.

Diante da exposição da obra de Kling (2020), podemos recorrer à obra mais recente de Harari (2023). Em *Nexus*, o autor defende a tese de que a conexão e a formação de redes são as características definidoras da informação ao longo da história humana, impulsionadas frequentemente por narrativas compartilhadas, e que a dinâmica entre verdade e ordem molda a evolução dessas redes, com implicações significativas para o presente e o futuro, principalmente com o advento da inteligência artificial.

A questão importante que se coloca ao nos debruçarmos sobre essa análise é a forma como as redes de informação estruturam a sociedade e determinam os limites da experiência humana. Em *QualityLand*, cada indivíduo é reduzido a um conjunto de dados que reflete suas preferências e comportamentos, antecipando e modelando-os. Essa distinção entre desejo e imposição torna-se tênue, pois o sistema de níveis, caracterizada por uma hierarquia social algorítmica, reorganiza constantemente a vida dos cidadãos com base em um critério que parece objetivo, mas que, na verdade, esconde uma grande desigualdade. Essa lógica se aproxima da noção apresentada em Harari (2023) de que a informação, ao invés de ser um simples meio de conexão, pode se tornar um instrumento de estratificação e controle.

Em *QualityLand*, há também uma adesão irrestrita à eficiência dos algoritmos em detrimento da autonomia humana. O romance retrata uma sociedade em que a busca pela verdade cede lugar à manutenção da ordem, porém uma ordem regulada por dispositivos como

o *QualityPad*, que rastreiam, categorizam e predefinem o que cada cidadão deve consumir, com quem deve se relacionar e até mesmo o que deve sentir. Tal cenário remete à discussão de Zuboff (2021) sobre o capitalismo de vigilância, em que a coleta massiva de dados não apenas prevê comportamentos, mas tem o poder de induzi-los. Nesse sentido, o que está em jogo não é apenas a privacidade, mas as capacidades de autonomia e livre-arbítrio.

Esse controle sutil, que opera sob a aparência de conveniência e personalização, também remete à metáfora do “filtro invisível”, de Pariser (2012). Isso porque o mundo de *QualityLand* é uma bolha algorítmica levada ao extremo, em que a hiperpersonalização restringe as possibilidades de experiência e conhecimento. A fragmentação da realidade é uma consequência inevitável, pois cidadãos de diferentes níveis vivem realidades informacionais distintas, e a exposição a perspectivas diversas torna-se praticamente impossível. O algoritmo, supostamente neutro, não apenas reforça tendências e preferências preexistentes, mas estabelece um ciclo vicioso que limita a percepção e consolida um status quo impenetrável.

A questão que se impõe é que os algoritmos das redes sociais favorecem a polarização política, promovendo conteúdos que reforçam crenças já estabelecidas e evitando a exposição a perspectivas divergentes. Aqueles que se alinham rigidamente a um dos polos ideológicos, repetindo discursos e reforçando narrativas preexistentes, tendem a alcançar maior visibilidade e engajamento, sendo recompensados tanto com um amplo público quanto, em alguns casos, com incentivos financeiros. Esse fenômeno é perceptível no caso de grupos políticos mais radicais, como os apoiadores do bolsonarismo, que, mesmo fora do governo, continuam a mobilizar discursos contra instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal, e a reivindicar anistia para seus aliados. Esses conteúdos encontram forte ressonância dentro da lógica algorítmica, que privilegia o engajamento acima da diversidade de perspectivas.

Como consequência de uma lógica polarizada nas redes, Giuliano Da Empoli (2019) argumenta que o ódio e a raiva são grandes catalisadores de energia popular. Em seu livro sobre política contemporânea, o autor italiano apresenta a perspectiva de que os *Engenheiros do Caos*, ligados à extrema direita moderna, compreenderam que a raiva é uma fonte colossal de energia que pode ser explorada para alcançar objetivos políticos, desde que seus códigos sejam decifrados e a tecnologia seja dominada:

Para compreender a raiva contemporânea, é preciso, portanto, sair da perspectiva puramente política e entrar numa lógica diferente. A raiva, dizem os psicólogos, é o “afeto narcisista por excelência”, que nasce de uma sensação de solidão e de impotência e que caracteriza a figura do adolescente – um indivíduo ansioso, sempre em busca da aprovação de seus pares, e permanentemente apavorado com a ideia de estar inadequado (Empoli, 2019, p. 45).

O autor prossegue na linha do que Ansart define como ressentimento, isto é, “[...] sentimentos compartilhados de hostilidade” (Ansart, 2004, p. 21-22):

O problema é que hoje, nas redes sociais, somos todos adolescentes fechados em nossos pequenos quartos, onde aumenta a frustração por causa do crescente abismo entre a mediocridade de nossa vida e todas as vidas possíveis que se oferecem virtualmente em nossos monitores e telas de celular. E, exatamente como um

adolescente, explicam os psicólogos, temos fortes probabilidades de terminar em dois tipos de sites de internet que alimentam ainda mais nossa frustração: os sites pornográficos e os sites conspiratórios, que exercem um poder de fascinação intenso porque oferecem, enfim, uma explicação plausível para as dificuldades nas quais nos encontramos. *É culpa dos outros!*, nos dizem eles, *pois os outros nada fazem senão nos manipular para realizar seus objetivos demoníacos. Nós mostraremos a você a verdade*, continuam, *e assim você poderá se unir aos outros que, como você, finalmente abriram os olhos!* (Empoli, 2019, p. 45-46).

Nessa perspectiva, pode-se identificar uma lógica que conecta a ascensão de movimentos de extrema-direita, sobretudo no contexto brasileiro. Por meio do uso estratégico de algoritmos, torna-se possível a construção do que Nunes e Traumann (2023) denominam “cristalização política”, isto é, um país vivenciando um processo de calcificação política, em que as opiniões políticas se tornaram rígidas e profundamente ligadas à identidade dos eleitores. Essa calcificação transformou as preferências políticas em paixões semelhantes à torcida por um time de futebol, ambiente em que a escolha deixa de ser uma comparação racional entre candidatos e passa a definir a posição do indivíduo na sociedade.

Os autores argumentam, ainda, que essa calcificação das identidades políticas em torno do petismo e do antipetismo afeta a sociedade brasileira de diversas maneiras, transbordando da disputa eleitoral para o cotidiano. Nesse sentido, as lealdades políticas influenciam escolhas como a escola dos filhos, os lugares frequentados, as relações familiares, as marcas consumidas e os canais de mídia preferidos. Esse fenômeno se intensificou após a eleição de 2022, mas já era um processo longo e permanente de polarização que evoluiu de partidária para social e, finalmente, para afetiva

É nesse sentido que retomamos o vídeo de Doria (2024) acerca da violência política como implicação dos meios de comunicação, pois trata-se de um momento histórico no qual o opositor político deixa de ser percebido como um adversário legítimo e passa a ser enquadrado como um inimigo a ser eliminado. Esse fenômeno, amplificado pelas dinâmicas das redes sociais e pelos mecanismos de personalização algorítmica, contribui para a radicalização do debate público e para a obliteração das bases do pluralismo democrático.

Isso posto, não é à toa que em um universo tão algoritimizado quanto o de *Qualityland*, a violência política apareça de diferentes maneiras, seja em uma guerra contra *QuantityLand* 7, seja em ataques terroristas internos e externos que incluem até atentados individuais. Enquanto o governo justifica o conflito como proteção econômica, suas próprias empresas vendem armas para os inimigos. Além disso, grupos como os “Antagonistas Maquinais” destroem robôs em protesto contra a automação, enquanto terroristas de *QuantityLand* 7 usam drones para atacar civis. O ódio também se volta contra minorias, como no massacre de refugiados por um inútil. Na política, também há ligações suspeitas entre radicais e figuras influentes, além da tentativa de assassinato de *John of Us*. O clima geral da obra é de tensão, e a violência se mistura com interesses econômicos e eleitorais.

Porém, mais que violência política, a lógica que permeia *QualityLand* se relaciona a um dilema fundamental das sociedades contemporâneas: até que ponto a digitalização da vida, apresentada como sinônimo de progresso, pode resultar na erosão da individualidade humana?

O autor alemão constrói uma obra distópica que, longe de exagerada, se mostra uma projeção bastante plausível, a curto prazo, da realidade atual. Isso porque a sistematização da vida social e a normatização da vigilância são sintomas de que a otimização substitui a subjetividade na contemporaneidade. O que é notável, no entanto, é que a resistência na obra de Kling (2020) não parece ser suficientemente forte para desafiar a estrutura de poder e controle estabelecida dentro da narrativa. Como Zuboff (2021) sugere, a forma mais eficaz de controle não é a repressão visível, mas a criação de um sistema em que a própria noção de liberdade se torna irrelevante.

Portanto, o grande mérito de Kling (2020) é esclarecer, por meio da ironia, os riscos de uma sociedade que delega suas decisões mais fundamentais às máquinas e às corporações. Harari (2023) argumenta que a delegação de decisões à IA por nações e outras entidades já é uma realidade em diversos campos e representa um risco de perda de controle humano sobre o futuro, à medida que uma nova rede de informações, controlada por inteligência não humana, emerge. Ele enfatiza, pois, a importância de entender e regular essa tendência para preservar a democracia liberal e a autonomia humana.

3. Da hospitalidade à hostilidade: meios de comunicação e a construção do inimigo em *Complô contra a América*

A hospitalidade, como definida por Derrida (2003), coloca em questão as fronteiras do acolhimento e da exclusão, revelando um paradoxo fundamental: até que ponto o ato de hospedar pode ser verdadeiramente incondicional?

A hospitalidade clássica e a hospitalidade incondicional se opõem em seus fundamentos, condições e alcance, especialmente sob a perspectiva de Derrida (2003). A hospitalidade clássica, que se aproxima do que o autor denomina hospitalidade condicional, opera dentro de um quadro de leis, costumes e direitos. Ela se manifesta como um pacto de generosidade, muitas vezes com obrigações implícitas ou explícitas, e pode se estender à família e aos descendentes.

Um traço distintivo da hospitalidade clássica é o papel do “senhor do lugar”, que exerce uma soberania sobre seu espaço e tem o direito de escolher, filtrar e selecionar seus convidados, visitantes ou hóspedes. Nessa modalidade, a hospitalidade não é oferecida indiscriminadamente, mas condicionada à identidade do estrangeiro, ao seu nome, família ou estatuto social. O hospedeiro, assim, pode estabelecer condições para a acolhida, configurando a hospitalidade clássica, portanto, a um poder de exclusão inerente ao ato de receber.

Em contraste, a hospitalidade incondicional, ou absoluta, citada por Derrida (2003), representa uma ruptura com essa lógica. Ela se caracteriza por uma abertura total ao outro que chega, sem exigir nada em troca, seja seu nome, sua origem, reciprocidade ou o cumprimento de quaisquer condições. A hospitalidade incondicional rompe com a “hospitalidade de direito”, ou seja, com as leis e normas que regem a hospitalidade condicional. Derrida (2003) sugere que essa forma de hospitalidade pode ser a única verdadeiramente justa, precisamente por subverter a seletividade e a potencial violência da hospitalidade clássica. A lei da hospitalidade

incondicional, nesse sentido, ameaça uma sociedade que busca controlar e limitar a acolhida através de leis e condições. Ela questiona se a hospitalidade pura como justiça não demandaria uma abertura que vá além das estruturas sociais estabelecidas.

A principal oposição entre os tipos de hospitalidade reside, portanto, na presença ou ausência de condições. Uma vez que a hospitalidade clássica é condicionada por normas, leis e pela vontade seletiva do hospedeiro, a hospitalidade incondicional se define pela ausência de qualquer condição prévia para a acolhida. Enquanto a primeira opera dentro de um sistema de direitos e deveres, a segunda transcende essa estrutura, representando uma aceitação ao que chega, antes de toda determinação, antecipação e identificação. Essa distinção levanta um dilema constante entre, por um lado, a necessidade de regulamentar a hospitalidade dentro de um quadro jurídico e político e, por outro, o ideal ético de uma acolhida irrestrita e incondicional.

Nesse sentido, Derrida (2003) cita a ambiguidade inerente à hospitalidade, que se manifesta de diversas formas. Uma das manifestações primárias da ambiguidade reside no próprio termo latino *hostis*, que significa tanto hóspede quanto hostil, isto é, inimigo. Essa raiz etimológica sugere uma tensão fundamental na relação de hospitalidade, em que aquele que é recebido pode ser tanto um convidado quanto uma ameaça. A própria palavra “hostipitalidade” busca capturar essa coexistência de hospitalidade e hostilidade. Dessa forma, Zuleta (2018) afirma haver uma tênue fronteira entre hospitalidade e hostilidade, ou seja, a proximidade entre os termos “hospitalidade” e “hostilidade” reflete uma ambiguidade na prática da acolhida. O que deveria ser hospitalidade pode facilmente se transformar em hostilidade, especialmente quando há desumanização e exploração envolvidas. Nesse sentido, a perversibilidade da lei da hospitalidade significa que o poder de acolher pode sempre ser desviado para a exclusão e a violência.

Diante da exposição sobre o conceito de hospitalidade e suas variáveis, podemos verificar que os conceitos de hospitalidade e hostilidade encontram uma relação direta em *Complô contra a América*. A narrativa de Philip Roth (2005) ilustra como sociedades lidam com a presença do outro, especialmente estrangeiros e minorias, oscilando entre acolhimento e rejeição. Em um cenário como o do romance, em que um governo com tendências isolacionistas e xenófobas ascende ao poder, essa ambiguidade se intensifica, pois aqueles que antes poderiam ser acolhidos passam a ser vistos como ameaças, justificando práticas de exclusão e perseguição.

Cabe dizer que, na obra de Roth (2005), mesmo sendo americanos, os judeus eram tratados com hostilidade devido à preexistência do antisemitismo na sociedade americana. O que aconteceu foi que Lindbergh, uma figura popular eleita presidente no contexto da obra, expressou publicamente opiniões antisemitas, alegando que “a raça judaica” era uma das forças mais poderosas e ativas que levavam os Estados Unidos à guerra por razões “não americanas”. Essas declarações encontraram eco em uma parcela significativa da população:

Num comício do Comitê América em Primeiro Lugar em Des Moines, pronuncia pelo rádio o discurso “Quem são os agitadores pró-guerra?”, em 11 de setembro; os oito mil espectadores reagem com entusiasmo quando ele cita “a raça judaica” como um

dos elementos mais poderosos e ativos na campanha para levar os Estados Unidos a se envolverem na guerra “por motivos que não são americanos”. Acrescenta: “Não podemos lhes negar o direito de defender o que eles consideram seus próprios interesses, porém devemos também cuidar dos nossos. Não podemos permitir que as paixões e preconceitos naturais de outros povos levem nosso país à destruição” (Roth, 2005, p. 312).

No enredo do livro, também aparece a instrumentalização do antisemitismo para fins políticos, como a implementação de políticas estatais que visavam a perseguição e deslocamento de famílias judias americanas. A propaganda oficial e não oficial fazia intensificar o medo e o ódio contra os judeus, mesmo sendo eles cidadãos do país, como o próprio Philip deixa claro no seguinte trecho:

Lindbergh foi o primeiro americano famoso vivo que aprendi a odiar — assim como o presidente Roosevelt foi o primeiro americano famoso vivo que me ensinaram a amar —, e assim sua indicação pelo Partido Republicano para disputar a Presidência com Roosevelt em 1940 abalou, como nada abalara antes, a imensa segurança pessoal que eu sentia como coisa natural, sendo um menino americano filho de pais americanos que estudava numa escola americana e morava numa cidade americana num período em que a nação americana estava em paz com o mundo (Roth, 2005, p. 13).

Embora muitos judeus americanos em 1940 falassem inglês sem sotaque e não observassem ostensivamente os costumes judaicos fora de espaços específicos como sinagogas, a sua identidade judaica ainda os diferenciava de uma maioria predominantemente cristã. Em tempos de crise e polarização, essas diferenças foram exploradas por um líder forte e carismático, Charles Lindbergh, para fomentar a hostilidade.

É nesse contexto que se faz relevante a discussão de Derrida (2003) acerca da existência de um “pacto de hospitalidade”, que estabelece direitos e deveres entre o hóspede e o hospedeiro. No contexto de um regime autoritário, ou uma democracia iliberal, próximo do regime retratado em *Complô Contra a América*, esse pacto pode ser rompido, substituído por um “pacto de hostilidade”, no qual minorias, antes protegidas, se tornam alvos de discriminação e violência. E quando a hospitalidade é condicionada, nem todos são bem-vindos. Na obra de Philip Roth (2005), a ideia de uma hospitalidade seletiva também se manifesta no endurecimento das políticas de acolhimento e na imposição de barreiras baseadas em critérios como etnia, religião ou ideologia. Assim, o Estado não apenas recusa a hospitalidade, mas usa essa recusa como ferramenta política para reforçar uma identidade nacional excludente.

Outro ponto relevante é a transformação da hospitalidade em hostilidade, um processo que, segundo Derrida (2003), ocorre com facilidade quando o outro é desumanizado. No romance, discursos políticos e propagandas contribuem para essa desumanização, justificando ações repressivas, desde restrições de direitos até deportações. A figura do parasita, por exemplo, surge como uma metáfora muito boa nesse contexto, sendo que o imigrante ou a minoria passa a ser visto como um intruso que ameaça a estabilidade da casa, ou seja, da nação. Essa percepção serve de base para políticas de exclusão que, sob o pretexto de proteção, legitimam formas de violência institucional.

Isto posto, a questão central que se apresenta é como a obra de Roth (2005) representa o dilema entre hospitalidade, em suas formas condicional e absoluta, e se relaciona à violência política? Podemos começar a responder a essa pergunta citando o rádio, um dos principais meios de comunicação do período em que se passa a história narrada. O referido meio funciona como um instrumento exclusão, inflando discursos nacionalistas e reforçando a hostilidade contra os judeus. Nesse sentido, a violência política, incentivada por essa retórica, transforma a hospitalidade em uma ferramenta de poder, definindo quem pertence e quem deve ser rejeitado. Dessa forma, *Complô contra a América* fornece, em boa medida, um panorama de como a hospitalidade absoluta, isto é, o acolhimento irrestrito do outro, torna-se inviável em um contexto em que o Estado e os meios impõem limites rígidos à alteridade, convertendo o estrangeiro, ainda que nativo, em inimigo. O próprio Philip, narrador, dá um panorama de como funcionava a hostilidade no regime de Lindbergh:

Para esses judeus privilegiados, não havia nada de suspeito nos programas preparados pela agência do rabino Bengelsdorf para auxiliar judeus mais pobres e menos instruídos, fazendo-os conviver de modo mais harmônico com seus compatriotas cristãos. O que eles julgavam uma infelicidade era a existência de judeus como nós, que continuavam a se amontoar em cidades como Newark, movidos por uma xenofobia gerada por pressões históricas que já não existiam. O status conferido por privilégios econômicos e profissionais levava-os a crer que os judeus desprovidos de prestígio eram rejeitados pela sociedade maior mais por se fecharem em comunidades insulares do que por ter a maioria cristã quaisquer sentimentos de exclusão contra eles; assim, bairros como o nosso seriam menos o resultado da discriminação do que a sua própria causa. Eles admitiam, naturalmente, que havia bolsões de pessoas atrasadas nos Estados Unidos, entre as quais o antisemitismo virulento ainda era a paixão mais forte e obsessiva; mas isso se transformava em mais uma razão para que o diretor da AAA incentivasse judeus limitados por uma vida segregada no gueto a pelo menos permitir que seus filhos se integrassem ao restante da população do país, mostrando-lhes que eles nada tinham a ver com a caricatura dos judeus disseminada por nossos inimigos. Se esses judeus ricos, sofisticados e autoconfiantes tinham horror a Winchell e à espécie de autocaricatura que ele encarnava, era porque Winchell deliberadamente reforçava a hostilidade que eles julgavam atenuar com seu comportamento exemplar em relação a seus colegas e amigos cristãos (Roth, 2005, 231-232).

O trecho acima reflete não só a hostilidade com que os judeus eram tratados durante um período de inflamação política da obra, mas principalmente a diferença com que os judeus ricos eram tratados em relação aos que pouco tinham, que era o caso da família Roth. Em sua obra *Globalização: as consequências humanas*, Zygmunt Bauman (1999) estabelece uma distinção entre as figuras do turista e do vagabundo para analisar a estratificação social na era da globalização, distinção que reside na autonomia e na capacidade de escolha. Uma vez que os turistas desfrutam da liberdade de movimento como um privilégio e buscam ativamente a mobilidade, enquanto os vagabundos são forçados à mobilidade pela ausência de alternativas viáveis, ou são impedidos de se moverem, presos a condições de vida precárias.

Bauman (1999) argumenta que essa polarização entre turistas e vagabundos é uma característica fundamental da globalização, em que a liberdade de movimento se torna um dos

principais fatores de estratificação social. A existência de vagabundos é, inclusive, paradoxalmente necessária para que a vida do turista pareça ainda mais desejável.

Há um momento em *Complô contra a América* em que a família de Philip Roth se vê coagida para mudar de cidade. O governo, por meio do programa “Colonização 42”, implementa um plano de reassentamento forçado de famílias judias, justificando-o como uma oportunidade para que elas enriqueçam sua americanidade. A família Roth, assim como outras, é pressionada a se mudar para regiões menos povoadas do país, como Kentucky. Nesse contexto, no romance de Roth (2005), os judeus passam a ocupar essa posição de vagabundos modernos, não porque desejam partir, mas porque a estrutura social os expulsa de forma velada ou explícita.

Ao serem empurrados para fora de suas casas, eles perdem a estabilidade e o pertencimento, transformando-se em indesejáveis dentro de seu próprio país. A mudança não ocorre como um ato de liberdade, mas como uma resposta ao medo e à exclusão institucionalizada. Assim, a perseguição política e social operada pelo regime de Lindbergh ressoa com os mecanismos contemporâneos de marginalização, em que determinados grupos são rotulados como ameaças e privados do direito de permanecer.

A fim de concluir o raciocínio deste capítulo, faz-se pertinente um retorno à discussão sobre o meio de comunicação na obra de Roth (2005). Assim, se o rádio foi um meio importante para a difusão da hostilidade em *Complô contra a América*, hoje são os algoritmos que exercem esse papel, organizando a informação e determinando quais vozes ganham alcance e quais são silenciadas. As plataformas digitais, guiadas por sistemas preditivos, estruturam a percepção da realidade e moldam a relação com o outro, fortalecendo bolhas informacionais e intensificando processos de exclusão. Ou seja, se antes o perigo residia no poder do rádio em criar inimigos internos, hoje devemos questionar: quais novos mecanismos de hostilidade os algoritmos estão invisivelmente instaurando?

Conclusão

A partir da análise de *Complô contra a América* e *QualityLand*, é possível verificar que a violência política não se restringe a atos físicos ou discursos de ódio, sendo estruturalmente mediada por tecnologias comunicacionais, que reconfiguram relações de poder e redefinem os limites entre hospitalidade e hostilidade. Roth (2005) e Kling (2020) demonstram, em contextos históricos distintos, como os meios, seja o rádio dos anos 1940 ou os algoritmos do século XXI, operam como agentes de transformação social, moldando percepções, naturalizando exclusões e catalisando conflitos. Em Roth (2005), a violência contra Winchell, figura midiática opositora ao governo de Lindbergh, não é mero ato isolado, mas desdobramento de uma guerra simbólica, conforme podemos deduzir à luz de McLuhan (1969). Em Kling (2020), os algoritmos substituem o diálogo político por personalizações, reduzindo cidadãos a dados manipuláveis e apagando dissidências sob o pretexto da eficiência. Nesse contexto, a noção de hospitalidade, tensionada entre acolhimento incondicional e assimilação forçada, desmorona em ambas as obras. Em Roth (2005), a comunidade judaica testemunha a revogação de sua integração,

enquanto em Kling (2020), a lógica do *like* substitui o debate, convertendo a democracia em um jogo de preferências binárias.

Os dois cenários expõem como os meios de comunicação são capazes de influenciar normas sociais e justificar exclusões. As narrativas não projetam futuros hipotéticos, mas decifram mecanismos já em operação. A naturalização do antisemitismo em *Complô contra a América* ecoa a banalização do ódio nas redes sociais na contemporaneidade, enquanto a ditadura algorítmica de *QualityLand* espelha a lógica descrita por Zuboff (2021), em que o controle preditivo fragmenta a agência humana.

Em um mundo onde redes sociais e algoritmos ditam o engajamento político, Roth (2005) e Kling (2020) oferecem alguns diagnósticos no contexto social atual. Se a ucronia de Roth (2005) pode ser lida como um alerta sobre a fragilidade institucional diante de líderes midiáticos, a distopia de Kling (2020) desmonta o mito da neutralidade tecnológica. Juntas, as obras revelam que a violência política não é acidente, mas sintoma de uma disputa pelo controle da narrativa, travada tanto em ondas de rádio quanto em feeds digitais.

Referências

A CADEIRADA e o atentado. 2024. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Meio. Disponível em: <https://youtu.be/wAWOQVtA5nw>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DOLEŽEL, Lubomír. *Heterocosmica: Ficción y mundos posibles*. Tradução de Félix Rodríguez. Madrid: Arcos Livros, 1999.

ECO, Umberto. *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

HARARI, Y. N. *Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

KLING, Marc Uwe. *QualityLand*. Tradução de Claudia Abeling. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

PARISER, E. *O filtro invisível*: o que a internet está escondendo de você. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ROTH, Philip. *Complô Contra a América*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. 1. ed. digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ZULETA, Farides Lugo. Contrato de hostilidade: aspectos da hospitalidade, de Jacques Derrida, no romance La ceiba de la memoria, de Roberto Burgos Cantor. *Cadernos Literários*, v. 25, n. 1, p. 29-40, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/9381>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Data de submissão: 29/05/2025
Data de aceite: 08/09/2025